

# DE INVISÍVEIS DA FLORESTA A VISÍVEIS PELOS MILITARES: DITADURA CIVIL-MILITAR E POVOS INDÍGENAS – UMA HISTÓRIA INACABADA

## Autores

Júlia Regina dos Santos Cunha<sup>1</sup>; Carla T.K. Fassbinder

## RESUMO

Houve, nestas últimas décadas, um aumento e até ênfase nos direitos humanos. Os direitos civis tem sido buscados no Brasil por grupos de diferentes matizes. Em todas elas, no entanto, há uma busca por reconhecimento de sua dignidade e de seu direito de viver e expressar a sua identidade, aquilo que os distingue. Esse é o caso, por exemplo, de movimentos como LGBTs, feminista, de consciência negra, quilombolas, etc. Dependendo do movimento, pode-se até constatar maior ou menor avanço para suas reivindicações. Mas, com certeza, a questão indígena é, dentre todas elas, a mais atrasada e polêmica. Esta situação não é de hoje. Encontra raízes nas décadas de 10 e 20, com a criação do Serviço de Proteção aos Índios, onde estes eram tutelados pelo Estado e posteriormente, nas décadas de 40 e 50, com a criação do Parque Nacional Indígena do Xingu, para a proteção aos povos indígenas contra os perigos da "invasão do homem branco", mas é com a ditadura que ela é potencializada, uma vez que foi nesta época que se verifica a maior quantidade de desrespeito a uma etnia na história recente de nosso país. Com certeza, a questão indígena é a mais atrasada, pois além de tratar com questões de diversidade cultural, também a ela estão entrelaçadas questões econômicas. Assim, neste texto objetiva-se refletir sobre a ditadura militar e sua relação com os povos indígenas, mostrando que este período não foi apenas penoso para aqueles que se opunham ao sistema político da época, mas igualmente e de forma tão ou mais cruel com aqueles que, de uma forma ou de outra, foram considerados empecilhos para o desenvolvimento econômico do país.

**Palavras-chave:** Repressão. Povos indígenas. Ditadura civil-militar.

---

<sup>1</sup> Estudante de Letras – Português/Inglês na Universidade Feevale - Bolsista de Iniciação Científica - Grupo de Pesquisa: Linguagens e manifestações culturais - Bolsista PIBID Letras Feevale.

## 1 INTRODUÇÃO

Os povos indígenas ao longo dos séculos foram expropriados, aldeias inteiras dizimadas devido às doenças ou ao genocídio, submetidos a trabalhos forçados nas Américas portuguesa e espanhola, enfim, foram subjugados em prol dos caprichos do “homem branco” entre tantas outras atrocidades cometidas contra estes.

Os indígenas são invisíveis na história brasileira ainda hoje, não houve segregação explícita como no caso dos EUA, mas no Brasil, o preconceito é velado. Estes eram tutelados pela FUNAI desde 1967; sendo responsáveis por si mesmos, somente se detivessem capacidade para tal, mas a mudança ocorre com a Constituição de 1988, onde no CAPÍTULO VIII, Art. 231, os indígenas são reconhecidos pela sua organização social, costumes, línguas, crenças, tradições e detêm os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam.

A história indígena e africana não era estudada nas instituições de ensino, tanto nos níveis básico como superior, tendo somente o foco direcionado para a história europeia. Com criação da Lei Federal nº 10.639/03, torna-se obrigatório o estudo sobre a cultura e história afro-brasileira e africana nas instituições públicas e privadas de ensino.

Devido às políticas de ações afirmativas, fruto de anos de luta do Movimento Negro para que o estado brasileiro reconhecesse o racismo e traçasse estratégias para combatê-lo, sendo esta, a única maneira de romper com a estrutura eurocêntrica que até então caracterizava a formação escolar brasileira. Todo este processo de preconceito e discriminação pelos quais os afros descendentes e indígenas hoje enfrentam, iniciou no passado, quando houve o primeiro contato dos europeus com estas etnias, o confronto das culturas começa aí, com as dificuldades de se aceitar as diferenças.

Apesar de todos os esforços, os negros e os indígenas são “trabalhados” nas escolas, somente em seus respectivos dias 19 de abril, geralmente os professores

**XI SEMINÁRIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS:***"A DEMOCRACIA AINDA É A QUESTÃO: REFLEXÕES SOBRE A  
DITADURA CIVIL-MILITAR E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE"*

utilizam-se de indumentária alegórica, confeccionam cocares e pintam os rostos das crianças e no dia 20 de novembro, ou dia da consciência negra, onde assistem a filmes sobre escravidão e praticam capoeira.

Este artigo tem o intuito de retomar a temática indígena, que ficou “esquecida” no Brasil, assim como continuam sendo invisíveis hoje, estes povos foram torturados, presos e assassinados, bem como os revolucionários e cidadãos comuns no período da ditadura civil-militar.

## 2.1 MILAGRE ECONÔMICO BRASILEIRO

Com o chamado “milagre” econômico brasileiro que ocorreu entre os anos de 1968 e 1973, tornamo-nos a décima economia mundial, alavancando grandes obras como a construção da BR230, mais conhecida como Transamazônica, bem como a abertura das fronteiras agrícolas e os grandes projetos industriais, surgiram no período mais repressivo do regime, no governo Médici.

Mas não podemos nos esquecer do sentido de patriotismo, que devido a excelente campanha na Copa do Mundo de 70, ganha pelos brasileiros, em paralelo com o milagre econômico, induzindo o senso comum de nossos pais e avós, que ainda hoje, reproduzem uma visão ufanista que este, fora o melhor período da história do país.

Inúmeras campanhas publicitárias foram criadas e corroboraram para esta visão deturpada da situação que o país vivia no momento, entre elas o hino reproduzido inúmeras vezes no rádio e televisão, visto que, esta copa fora a primeira a ser transmitida ao vivo no Brasil. O refrão dizia:

Noventa milhões em ação/Pra frente Brasil, no meu coração/Todos juntos, vamos pra frente Brasil/Salve a seleção!!!/De repente é aquela corrente pra frente, parece que todo o Brasil deu a mão!/Todos ligados na mesma emoção, tudo é um só coração!/Todos juntos vamos pra frente Brasil!/Salve a seleção!/Todos juntos vamos pra frente Brasil!/Salve a seleção!/Gol!

Os governos militares em conjunto com os Atos Institucionais, entre eles o conhecido como “golpe dentro do golpe” o AI nº 5, que impunha a censura prévia para jornais, revistas, livros, peças de teatro e músicas, foi muito utilizado em relação aos indígenas do período, que eram acusados de dificultar o desenvolvimento da região, visto que, no restante do país não era noticiado os genocídios que ocorriam nas regiões norte, nordeste e centro oeste contra estes povos.

A Amazônia é tida então como “última fronteira” e devido a isso, é criado o Plano Nacional de Desenvolvimento para a Amazônia (PND) (1972-74) com a finalidade de integração econômica, desenvolvimento regional e ocupação dos espaços vazios. Sendo neste momento que se processa a abertura de grandes rodovias e a criação de núcleos agrícolas que procuravam integrar a região às outras regiões do país e fomentar o povoamento.

No entanto, era mais do que simples exploração e povoamento, a construção da rodovia Transamazônica, a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, a Mineração Rio do Norte, o Projeto de Ferro Carajás e o mais famoso, o ouro encontrado em Serra Pelada até os anos 80 no estado do Pará, tornando-se o maior garimpo a céu aberto do mundo. Todo este desenvolvimento na região amazônica afetou a biodiversidade local, bem como os povos indígenas que viviam nos arredores.

## 2.2 REGIME MILITAR E GRUPOS INDÍGENAS

Com a abertura da Transamazônica, ou “obra faraônica” como ficou conhecida, devido a grande extensão de mata a ser aberta no meio da selva, os generais almejavam ligar o norte ao resto do país, para poder escoar a produção de minérios entre outros.

A rodovia conta com mais de quatro mil quilômetros, o projeto megalomaniaco dos militares gerou muitas consequências aos silvícolas e ainda

**XI SEMINÁRIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS:**

"A DEMOCRACIA AINDA É A QUESTÃO: REFLEXÕES SOBRE A  
DITADURA CIVIL-MILITAR E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE"

hoje, contém partes intransitáveis. Segundo a *Revista Veja* em uma reportagem comemorativa aos 40 anos da rodovia:

A estrada que atravessa a maior floresta tropical do planeta permite uma visão dolorosa das mazelas do Norte brasileiro. No trecho dentro da Amazônia Legal vive 1,2 milhão de pessoas, das quais 66% não têm água encanada e 27% não têm instalações sanitárias. O índice de analfabetismo é o dobro da média nacional.

Estes homens do progresso disseminaram doenças, espantaram a caça e além de tudo, a organização social e cultural milenar destes povos foi destruída, mas, não foi somente isso que ocorreu não nos esqueçamos de que este foi o período da ditadura civil-militar, onde os braços dos onipresentes generais exerciam seu poder, apesar da distância e do isolamento destes "nativos", que sequer sabiam o que era um regime ditatorial.

Segundo Marcelo Zelic, vice-presidente do Grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo, "documentos oficiais do Congresso Nacional apontam que em 1963 existiam no país algo em torno de 300 mil índios. Em 1968 essa população cai drasticamente para 80 mil".

O desaparecimento de 220 mil pessoas em apenas cinco anos causa espanto, pois os indígenas passaram despercebidos por este período tão turbulento da história brasileira, onde intelectuais, líderes sindicais e até pessoas sem envolvimento partidário, contrárias ao regime eram torturadas, mortas ou estavam/estão "desaparecidas".

Contudo, não havia relatos dos povos indígenas neste período, mas documentos vieram à tona recentemente e as torturas praticadas contra estes, foram as mesmas ocorridas contra os "subversivos" no restante do país. Mesmo sendo redundante, convém salientar que talvez fossem até piores, visto que, algumas tribos não se comunicavam em português, dificultando ainda mais o entendimento do que estava ocorrendo.

**XI SEMINÁRIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS:**

"A DEMOCRACIA AINDA É A QUESTÃO: REFLEXÕES SOBRE A  
DITADURA CIVIL-MILITAR E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE"



A Comissão Nacional da Verdade, o Grupo Tortura Nunca Mais, entre outros, estão em posse de documentos, depoimentos e vídeos referentes ao período 64-85 em que os povos indígenas sofreram abusos por parte dos militares.

Em novembro de 2012 a Comissão Nacional da Verdade publicou no Diário Oficial da União, que criara um grupo de trabalho para avaliar e denunciar as violações de direitos humanos, relacionada à luta dos povos indígenas. Segundo o Relatório Parcial 01 de 30/11/2012 estes grupos da subcomissão de "Pesquisa, geração e sistematização de informações" serão divididos em sete eixos, podendo ser criados outros grupos, caso seja necessário.

Em 1968 o relatório conhecido como *Relatório Figueiredo*, tinha por objetivo averiguar as violações contra os índios no Brasil, grande parte desta documentação está "desaparecida", assim como muitos cidadãos. Entretanto, a Comissão da Verdade "levantou matérias no exterior e na imprensa nacional, que denunciavam genocídio indígena no Brasil entre várias outras situações graves de violações de direitos humanos". A resposta do governo Médici às denúncias do genocídio indígena foi simples e rápida, "não há genocídio no Brasil".

Parte do relatório Figueiredo encontra-se hoje no Museu do Índio no Rio de Janeiro, onde a catalogação teve início em 2010, contendo atas, ofícios, documentos, depoimentos, fotografias, entre outros.

Um documento significativo segundo a Comissão da Verdade foi uma *Ata de Reunião da Associação dos Criadores do Sul de Mato Grosso* datada de 05 de janeiro de 1963, antes do golpe de estado, narrando o conflito dos índios Kadiués, devido a não aceitação de fazendeiros e criadores de gado. A conclusão da reunião foi a seguinte: o assunto seria tratado junto ao Serviço de Proteção aos Índios (SPI) "para evitar a repetição de fatos lamentáveis." Este órgão criado em 1910 para tutelar os indígenas, foi posteriormente substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em 1967 pela lei nº 5.371, durante o governo do presidente Costa e Silva.

**XI SEMINÁRIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS:**

"A DEMOCRACIA AINDA É A QUESTÃO: REFLEXÕES SOBRE A  
DITADURA CIVIL-MILITAR E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE"

Ativistas internacionais levaram a público o que ocorria no Brasil, como o Tribunal Internacional de Crimes de Guerra ou Tribunal Russell-Sartre, que se tratava de uma organização pública criada pelo filósofo britânico Bertrand Russell e apoiado por Jean-Paul Sartre, filósofo, dramaturgo e ativista político francês. Apesar de não ter legitimidade jurídica, contou com ativistas dos direitos humanos contra crimes no Vietnã e na América Latina, estes, detinham documentos comprovando o genocídio contra os índios do Brasil, escritos segundo o Relatório 01 da Comissão da Verdade p 15

Do acervo desta instituição conseguimos os seguintes documentos que podem integrar a fase 2 da pesquisa colaborativa: *Política de Genocídio Contra os Índios do Brasil*, datado de 16/03/1974 e publicado pela Associação de Ex-presos Políticos Antifascistas e versão em francês enviada para a 2ª sessão do tribunal em Bruxelas. O documento foi escrito por um grupo de antropólogos que não tiveram seus nomes identificados conforme destaque da publicação e o Capítulo sobre os povos Waimiri-Atroari e Yanomani do Relatório Final do IV Tribunal de 1980 em Rotterdam.

A *Comissão Interamericana de Direitos Humanos e Comissão Pontifícia Justiça e Paz - Vaticano* - constatou a matança de indígenas, reportado no jornal CORREIO DA MANHÃ de 17 de março de 1971 com a reportagem *Igreja quer sensibilizar o mundo para a injustiça*. A reportagem passa despercebida, já que reporta entre outros interesses em apenas dois parágrafos o ocorrido no Brasil.

### 2.3 DITADURA E GUARDA RURAL INDÍGENA, TÉCNICAS DE TORTURA

Entre documentos contendo depoimentos de exilados do período da ditadura civil-militar no Brasil pode ser visto um vídeo, no qual os guardas, aparentemente indígenas, estavam carregando uma pessoa em um pau de arara, “uma genuína invenção brasileira [...] um dos mais temidos instrumentos de tortura dos cárceres do Cone Sul, um legado verde-amarelo à civilização” (Cunha, 2009, p. 65)

**XI SEMINÁRIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS:**

"A DEMOCRACIA AINDA É A QUESTÃO: REFLEXÕES SOBRE A  
DITADURA CIVIL-MILITAR E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE"



Além disso, a presença de autoridades como descreve o vice-presidente do Grupo Tortura Nunca Mais, Marcelo Zelic “Comando da Polícia Militar, Governador do Estado, Manoel Pinheiro – criador da GRIM, o presidente da FUNAI e o Ministro de Estado - Costa Cavalcante” além de crianças e mulheres estavam presentes, como se fosse um desfile cívico. Segundo Edinaldo Bezerra de Freitas

Seguiram os rituais de exercícios de ataque e defesa pessoal, de equitação, captura e condução de presos e de lutas típicas das suas culturas. No final, foram entoadas várias canções indígenas.

A data 05 de fevereiro de 1970 ficará gravada, após este vídeo ser trazido a luz novamente; sendo mais um entre tantos, que figurará na memória dos brasileiros, como o período vergonhoso de nossa história.

Os 84 índios, recrutados em aldeias Xerente, Maxacali, Carajá, Krahô e Gaviões, marcharam embandeirados e com fardas desenhadas para a ocasião: calça e quepe verdes, camisa amarela, coturnos pretos, armas em punho, chocalhos nas pernas e cabelos compridos. Destarte, podemos nos referir a esta guarda rural como milícia, pois detinham poderes; portavam revólveres e cassetetes, sendo integrada exclusivamente por índios e estes, sendo responsáveis por ações de policiamento nas áreas indígenas.

Este vídeo ficara oculto por 42 anos, ressurgindo através de uma matéria publicada no caderno *Ilustríssima* da *Folha de São Paulo* de 11/11/2012 pela jornalista Laura Capriglione, tratava-se do documentário *Arara*, de Jesco Puttkamer, sociólogo, geógrafo, indigenista e fotógrafo; foi quem filmou a - *Parada de Formatura da primeira turma do GRIN - Guarda Rural Indígena*, na demonstração do aprendizado realizado em três meses que estiveram em treinamento no Batalhão-Escola Voluntários da Pátria, da Polícia Militar de Minas Gerais em 1970.

Devido à “malandragem” de Jesco, segundo a jornalista Laura Capriglione, a etiqueta que estava na caixa com o título ARARA, levava a crer que se tratava de material sobre a etnia arara. Mas, em vez do "povo das araras vermelhas", como se



**XI SEMINÁRIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS:**

"A DEMOCRACIA AINDA É A QUESTÃO: REFLEXÕES SOBRE A  
DITADURA CIVIL-MILITAR E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE"



denominam seus remanescentes, era outra "arara" que nomeava a caixa, passando despercebido pelos olhos dos censores. Este material está disponível no acervo do Museu do Índio.

A portaria nº 231/69 de 25 de setembro de 1969, publicada no Diário oficial no dia 30 do mesmo mês, criou a Guarda Rural Indígena - GRIN, com a missão de executar o policiamento ostensivo das áreas reservadas aos silvícolas. Demonstrando assim, que eram os indígenas que faziam o patrulhamento e "cuidavam" de seu povo e nas horas ociosas, reprimiam, puniam e torturavam seus irmãos.

Os guardas também eram responsáveis por "manter a ordem interna", coibir o uso de bebidas alcoólicas e evitar que os índios abandonassem suas áreas para "praticar assaltos e pilhagens nas povoações e propriedades rurais próximas". Foram instaladas GRINs em Goiás, Mato Grosso, Maranhão e Minas Gerais.

Segundo o jornalista André Campos o *Reformatório Agrícola Indígena Krenak* chamado também de *Centro de Reeducação* ou *colônia penal*, servia para reeducar os desajustados e confinar os revoltosos e a *Fazenda Guarani*, eram dois centros de detenção de índios, criados nas décadas de 1960 e 1970, que detinham a função de vigiar e punir, imposto às aldeias nos anos de chumbo da ditadura. Para o antropólogo Benedito Preziosi, "Aquilo era um verdadeiro campo de concentração étnico."

No documentário, disponível no site youtube, com a legenda *Ditadura criou cadeias para índios com trabalhos forçados e torturas*, reúne vários depoimentos de indígenas, contra os quais foram praticadas atrocidades, bem como familiares destes, além de depoimentos de historiadores e antropólogos.

Para o índio Ednar Krenak, o Reformatório Agrícola Indígena Krenak era um presídio de base, pois recebia distintas etnias de diversos estados, como: Terenas M.S. Xavantes M.T. Urubus ka'apor P.A. e M.A. Pankararus P.E Pataxós hahahã B.A e M.G. Canela M.A. Xerentes T.o krahôs T.O. Maxacalis M.G.

**XI SEMINÁRIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS:**

*"A DEMOCRACIA AINDA É A QUESTÃO: REFLEXÕES SOBRE A  
DITADURA CIVIL-MILITAR E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE"*



Os motivos para as prisões iam desde embriaguez e vadiagem (01 ano), crime de pederastia (07 meses) se não possuíssem um salvo conduto para atravessar o rio, eram presos e a caça era ilegal, ou melhor, era proibido caçar. Em relatos, os índios destacam que não poderiam comer nada, apenas bananas ou arroz, mas somente quando os militares disponibilizavam. Assim como no governo Vargas, foi proibido que os indígenas se comunicassem em sua língua, mas, somente em português.

Para o ex-funcionário da FUNAI João Geraldo Ruas, em 1973 de 100 índios presos, 80% não sabiam a causa da prisão, pois não falavam a língua, ou não tinham registros da detenção. A tortura mais abominável que estes relataram foi de um índio que estando preso, fora obrigado a beber leite fervendo e em seguida ingerir água gelada, o que acarretou na morte deste, poucos dias após o fato.

As atrocidades não cessaram, 16 homens foram levados e expostos como seres exóticos e selvagens na capital, Manaus. Eram tidos como ferozes, com fama nacional e internacional através de reportagens, mas não informavam o porquê estes agiam assim.

Sobravam denúncias de espancamentos, insubordinação e até estupros cometidos pelos guardas que retornaram às aldeias. Um agente da GRIM usou o salário que recebia para montar um bordel na aldeia, algo usual na cultura dos brancos, já que comércio de sexo não faz parte do cotidiano indígena.

Segundo o Professor de História da Universidade Federal de Rondônia, Edinaldo Bezerra de Freitas, a "GRIN nunca foi desativada por qualquer portaria específica. Cortaram-se os pagamentos dos guardas e estes foram contratados para o quadro do Órgão indigenista." Os últimos relatos de movimentação deste órgão repressor foram no ano de 1979.

Um ex-agente da GRIM, o índio Totó, passados 40 anos, mal consegue se comunicar em português. "Imagina só a violência que foi pegar esse pessoal e levá-

**XI SEMINÁRIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS:**

"A DEMOCRACIA AINDA É A QUESTÃO: REFLEXÕES SOBRE A  
DITADURA CIVIL-MILITAR E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE"

los para serem treinados como polícia repressiva?", diz Geralda Chaves Soares, pesquisadora da história indígena em Minas Gerais.

No documentário *Amazônia adentro da TV Brasil*, o waimiri Viana Womé Atroari também cita um ataque aéreo por parte dos militares:

foi assim, tipo bomba, lá na aldeia. Dos índios que estavam na aldeia, não escapou ninguém. Ele veio no avião e de repente esquentou tudinho, aí morreu muita gente. Eu sei que me lembro bem assim: tinha um avião assim, desenho de folha, assim, um pouco vermelho por baixo. Passou isso aí, morria rapidinho pessoa.

Em entrevista a *Brasilianas.org*, realizada em - 23/07/2012 o ex-funcionário José Humberto do Nascimento, também conhecido como Tiuré, que nos anos 1970, fora funcionário da FUNAI, se demite para viver na tribo indígena dos Parkatêjê, no interior do Pará. Na época, essa comunidade vivia em regime de escravidão, trabalhando na coleta de castanha-do-pará para os militares que administravam o posto local da FUNAI.

Tiuré é o primeiro indígena brasileiro reconhecido pela ONU como refugiado político, passou 27 anos no Canadá.

Este relata que no período em que trabalhou na FUNAI, esteve em posse de documentos que afirma se tratarem de um plano de ocupação da Amazônia, já que na região dos índios Parkatêjê era a mais cobiçada do sul do Pará, onde se localizam a Serra pelada (maior jazida de ouro a céu aberto do mundo), bem como a Vale do Rio Doce que contém a maior reserva mundial de minério de ferro de alto teor, além de grandes reservas de manganês, cobre e minérios raros.

Segundo Tiuré foi decretado que os índios deveriam "sumir" desta região. Ressalta ainda que entre estes documentos encontrou um referente a *New Tribes Mission*, uma organização internacional de "missionários" que se estabeleceram em 1974 na Amazônia. Sendo financiados pela CIA, esta mesma organização tinha por intuito, tomar posse da terra dos nativos.

**XI SEMINÁRIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS:**

"A DEMOCRACIA AINDA É A QUESTÃO: REFLEXÕES SOBRE A  
DITADURA CIVIL-MILITAR E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE"



O índio Potiguá, ressalta que foi publicado em jornais do centro do país notícias como – *Os índios atrasam o desenvolvimento e progresso do país*, ficando assim o exército livre para utilizar a Lei de Segurança Nacional. A região também fervilhava com guerrilhas como a do Araguaia, legitimando a utilização de força bruta por parte dos militares.

Como Tiuré era o mais instruído entre a comunidade, passou a ser então o mentor intelectual, pois havia trabalhado em Brasília, na FUNAI, falava e escrevia em português, algo muito útil aos índios das tribos afastadas que não dominavam a língua. Com um velho transmissor doado pela FUNAI, este intercepta via rádio conversas, entre elas, uma do coronel Amauri dizendo que iria mata-lo.

Com o auxílio do jurista Dalmo Dalli de São Paulo, médicos, antropólogos e outros intelectuais, foi possível transcorrer algumas negociações com os militares do período. Os Parkatêjê tinham somente uma reivindicação: Que não abrissem rodovias, pois afetaria a biodiversidade local, além deste, ser solo sagrado. Mas não obtiveram nenhum resultado.

Devido às constantes ameaças de morte, Tiuré resolve viajar para o norte, para sua terra, pois é da etnia Potiguará. Contudo, quando este chega à nação Potiguará, os problemas são os mesmos.

Suas terras nativas foram invadidas por fazendeiros e para pedir reintegração de posse, a FUNAI exigiu que os Potiguaras provassem que eram os donos da terra, mas como fazê-lo?

Estes fizeram contato com a pesquisadora Terezinha Bauman do Rio de Janeiro que é a maior sumidade sobre povoamento indígena. Esta estuda os índios Potiguares desde 1521, podendo então provar que as terras os pertenciam.

Tudo isso levou o índio Tiuré a ficar visado perante as autoridades, sendo ameaçado pela Polícia Federal, pistoleiros e até pela FUNAI. Lutou contra o conglomerado têxtil CASAS PERNAMBUCANAS de propriedade de um alemão, este também situado em terras indígenas, na Paraíba.

Foi preso, torturado e acabou exilando-se no Canadá, com apoio da Anistia Internacional.

## 2.4 ÍNDIOS HOJE

O povo Guarani-Kaiowá, no Mato Grosso do Sul continua reivindicando parte dos territórios tradicionais, de onde foram expulsos décadas atrás, e sofrem com ordens de despejo, ameaças de morte, torturas, sequestro, ataques de pistoleiros, assassinatos, fome, entre outras agressões, como no caso do cacique Nízio Gomes, de 59 anos que foi morto por pistoleiros e seu corpo continua desaparecido.

Recentemente no Facebook, foi travado um gigantesco protesto, onde simpatizantes dos direitos dos indígenas lutam contra os maus tratos e usurpação de terras destinadas aos silvícolas, demonstrando apoio à causa e manifestando contra a construção de usinas hidrelétricas na região.

O alto índice de suicídios entre jovens e adultos é o reflexo da falta de perspectiva de um suposto futuro; algo que nos remete à América espanhola, onde os próprios indígenas praticavam o genocídio contra seus filhos para não velos forçados a trabalhar nas minas de Potosi, que devido à mita, ou sistema de trabalho compulsório (era a sentença de morte) que contribuiu para a desestruturação de inúmeras comunidades indígenas.

Para o diretor do documentário *Á sombra de um delírio verde* Cristiano Navarro, em uma publicação no *blog Eco gerenciamento ambiental* sobre os índios guarani-kaiowa, descreve o relato do criminoso que participou da execução do líder indígena, onde a determinação para os capangas era a de chegar atirando. "Velhos, jovens e crianças. Era para chegar atirando em todo mundo".

Novamente nenhuma novidade, visto que, entre os que tiveram prisão decretada estão o presidente do sindicato rural, catorze funcionários da empresa de

segurança privada Gaspem e seu proprietário, o empresário e ex-policial militar Aurelino Arce.

Segundo relato do índio Potiguá Tiuré, a FUNAI é a principal responsável, pois foi ela que arrendou o território potiguar para os fazendeiros e usineiros de açúcar, e concedeu certidão negativa das terras para que estes recebessem financiamentos do BNDES e BANCO MUNDIAL.

Para Marcelo Zelic, "No fundo, isso mostra como, mesmo nos círculos democráticos mais combativos, as populações indígenas ainda não são vistas como portadoras de direitos." Na página do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra datada de 04 de junho de 2013, Cleber César Buzatto ressalta que:

Em mais de dois anos de mandato, Dilma ainda não falou com os povos indígenas. Ela foi a única presidente desde a época da ditadura a não recebê-los. No entanto, em menos de um mês, ela teve tempo para falar, pelo menos, cinco vezes com seus algozes. A agenda da presidenta Dilma revela a opção do governo.

O Instituto Socioambiental (ISA) denuncia que "Belo Monte é um cavalo de Tróia, porque outras barragens virão depois, modificando totalmente e para pior a vida na região".

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O dia do índio foi criado no Brasil pelo presidente Getúlio Vargas em 1943, em virtude do I Congresso Indigenista Interamericano ocorrido em 1940, e para grande parte da população brasileira, o índio é lembrado em seu dia, ou quando se deparam com estes pelas ruas das grandes cidades.

**XI SEMINÁRIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS:**

*"A DEMOCRACIA AINDA É A QUESTÃO: REFLEXÕES SOBRE A  
DITADURA CIVIL-MILITAR E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE"*

Estes cidadãos brasileiros são vistos ainda hoje como integrantes de uma “casta” inferior. Segundo a FUNAI, os índios brasileiros estão divididos em três classes distintas.

Temos os grupos Isolados, que vivem totalmente isolados do mundo e do homem branco, a FUNAI tem poucas informações ou quase nenhuma sobre eles. Temos os Vias de Integração que vivem e seguem os costumes de sua vida nativa, mas aceitam influências do meio externo, são os que têm contatos com o homem branco. E, por fim, os Integrados, que passaram a ser reconhecidos no pleno exercício dos direitos civis, mas conservam seus costumes e tradições de índios. Essa tribo é a mais urbanizada de todas e alguns índios vivem em cidades, até trabalham em empresas e mantêm outros costumes da sociedade urbana.

Um exemplo de tribo urbanizada é a comunidade indígena Kaingang PorFi, em São Leopoldo, que conta com casas de alvenaria e toda a infra estrutura necessária para a pequena comunidade. O professor responsável pela escola bilíngue da aldeia, Dorvalino Cardoso, é estudante de Pedagogia na UFRGS e a comunidade é parte integrante da sociedade.

Entretanto, inúmeras etnias estão vivendo situações de conflito pelo país, como as que estão vindo a tona em relação ao sofrimento relatado pelos Guarani Kaiowa via redes sociais, reportagens em emissoras de televisão e pelo site youtube, como dos líderes Guarani Kaiowa pedindo socorro e ajuda, como estes mesmos se referem “ao povo de São Paulo” um vídeo emocionante, com fotos de crianças que estão morrendo devido a desnutrição, acampamentos sem água potável e saneamento básico, com lonas esticadas reproduzindo uma casa e além de tudo isso, estão protestando contra os assassinatos cometidos contra seu povo.

O povo Guarani Kaiowa tem um alto índice de suicídio, que deriva da falta de perspectiva de vida, até as condições sub-humanas em que estão condicionados a viver. Em uma reportagem do site Terra de 27 de Junho de 2013, o CIMI - Conselho Indigenista Missionário revela uma pesquisa sobre a violência contra os índios:

**XI SEMINÁRIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS:**

"A DEMOCRACIA AINDA É A QUESTÃO: REFLEXÕES SOBRE A  
DITADURA CIVIL-MILITAR E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE"

[...] houve crescimento de 237% na categoria violência contra a pessoa - que engloba ameaças de morte, homicídios, tentativas de assassinato, racismo, lesões corporal e violência sexual - no ano passado, quando comparado com os casos registrados em 2011.

Outro registro alarmante é o da FUNASA - Fundação Nacional de Saúde, em que "A maioria dos suicidas são homens, 65% na faixa etária de 15 a 29 anos, e o método mais frequente é o enforcamento". Enquanto isso, a usina de Belo Monte apesar de muitos protestos continua em execução.

Entretanto, com a abertura de documentos referentes ao período da ditadura civil-militar ocorrida no Brasil, está vindo a tona inúmeros documentos referentes aos silvícolas e esperamos que a Comissão Nacional da Verdade e o Grupo de Trabalho sobre violações de direitos humanos relacionadas à luta pela terra e contra populações indígenas, por motivações políticas consigam acender um luz sobre este período turbulento da história do país.

## REFERÊNCIAS

AGRO OLHAR. **Documento que comprova massacre de indígenas durante a ditadura militar**. 2013. Disponível em: <[http://agro.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Encontrado\\_documento\\_que\\_comprova\\_massacre\\_de\\_indigenas\\_durante\\_a\\_ditadura\\_militar&id=7419](http://agro.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Encontrado_documento_que_comprova_massacre_de_indigenas_durante_a_ditadura_militar&id=7419)>. Acesso em: 14 jul. 2013.

BRASIL, Lei nº10639 de 9 de janeiro de 2003. **Ministério da Educação**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12990&Itemid=866](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12990&Itemid=866)>. Acessado em: 13 de julho de 2013.

BRASILIANAS.ORG **entrevista José Humberto do Nascimento**. 2012.Video. Disponível em: <[http://www.youtube.com/watch?v=XAYA\\_6Evorw](http://www.youtube.com/watch?v=XAYA_6Evorw)>. Acesso em: 13 jul. 2013

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico** Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2003



**XI SEMINÁRIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS:**

"A DEMOCRACIA AINDA É A QUESTÃO: REFLEXÕES SOBRE A  
DITADURA CIVIL-MILITAR E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE"



COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE 1946-1988. **Relatório Parcial 01 de 30/11/2012**. Disponível em: <<http://idejust.wordpress.com/2012/12/19/relatorio-povos-indigenas-e-ditadura-militar/>>. Acesso em: 13 jul. 2013.

COMISSÃO DA VERDADE: **Filme mostra que militares recrutaram índios na ditadura**. 2012. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=O\\_eDldk7uE0](https://www.youtube.com/watch?v=O_eDldk7uE0)>. Acesso em: 13 jul. 2013.

**Correio da manhã reportagem sobre genicídio e imigração forçada**. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=089842\\_08&PagFis=18213](http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=089842_08&PagFis=18213)>. Acesso em: 4 ago. 2013.

CUNHA, L. C. **Operação condor**: O sequestro dos uruguaios: Uma reportagem dos tempos da ditadura. Porto Alegre. L&PM. 2009

**DILMA NÃO RECEBE INDÍGENAS**, blog do MST, 2013. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/14894>>. Acesso em: 13 jul. 2013.

DITADURA: **campos secretos de confinamento indígena**: Outras mídias. 2013. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/outrasmidias/destaque-outrasmidias/ditadura-os-campos-secretos-de-confinamento-indigena/>>. Acesso em 13 jul. 2013.

DITADURA MILITAR: **o sumiço de cerca de 2.000 índios**. Video.2013. Disponível em: <[http://www.youtube.com/watch?v=ZqKHh47\\_3Xs](http://www.youtube.com/watch?v=ZqKHh47_3Xs)>. Acesso em 14 jul. 2013.

**Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. MEC/SECAD. 2005. Disponível em: <[http://www.paulofreire.org/wp-content/uploads/2012/PME/DCN\\_Educacao\\_das\\_Relacoes\\_Etnico-Raciais.pdf](http://www.paulofreire.org/wp-content/uploads/2012/PME/DCN_Educacao_das_Relacoes_Etnico-Raciais.pdf)>. Acesso em: 14 jul. 2013.

ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA – **O lugar da História**. ANPUH/SP Texto integrante dos Anais do XVII - UNICAMP. Campinas, 6 a 10 de setembro de 2004. Disponível em: <[http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:3nQW23ZV9DIJ:www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%2520XVII/ST%2520XV/Paulo%2520Roberto%2520de%2520Albuquerque%2520Bomfim.pdf+I+Plano+no+Nacional+de+Desenvolvimento+\(PND\)+para+a+Amaz%C3%B4nia+\(1972-74\),&cd=13&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:3nQW23ZV9DIJ:www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%2520XVII/ST%2520XV/Paulo%2520Roberto%2520de%2520Albuquerque%2520Bomfim.pdf+I+Plano+no+Nacional+de+Desenvolvimento+(PND)+para+a+Amaz%C3%B4nia+(1972-74),&cd=13&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br)>. Acesso em: 14 jul. 2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Como a ditadura ensinou técnicas de tortura à Guarda Rural Indígena**. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/>>

**XI SEMINÁRIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS:**

"A DEMOCRACIA AINDA É A QUESTÃO: REFLEXÕES SOBRE A  
DITADURA CIVIL-MILITAR E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE"



ilustrissima/1182605-como-a-ditadura-ensinou-tecnicas-de-tortura-a-guarda-rural-indigena.shtml>. Acesso em: 14 jul. 2013.

GRANDES PROJETOS: **desenvolvimento e progresso do Pará**. Blog. 2009. Disponível em: <<http://parahistorico.blogspot.com.br/2009/02/grandes-projetos-desenvolvimento-e.html>>. Acesso em: 13 jul. 2013.

**INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL**, blog 2013. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/pt-br/o-isa>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

NOVA HISTÓRIA: **O regime militar de 1964, milagre econômico:** Transamazônica. blog 2009. Disponível em: <<http://novahistorianet.blogspot.com.br/2009/01/o-regime-militar-de-1964.html>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

OBSERVATÓRIO SOCIOAMBIENTAL DE BARRAGENS. **Direitos dos Povos Indígenas**. 2013. Disponível em: <<http://www.observabarragem.ippur.ufrj.br/noticias/398/direitos-dos-povos-indigenas-a-sindrome-de-estocolmo-de-dilma-rousseff>>. Acesso em: 13 jul. 2013.

**PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO**, blog Nova História. 2009. Disponível em: <<http://novahistorianet.blogspot.com.br/2009/01/o-regime-militar-de-1964.html>>. Acesso em: 13 Jul. 2013.

REFORMATÓRIO AGRÍCOLA INDÍGENA KRENAK E FAZENDA GUARANI. Agência de reportagem e jornalismo investigativo. 2013. Disponível em: <<http://www.apublica.org/2013/06/treinados-pela-pm-indios-soldados-reprimiam-seus-pares/>>. Acesso em: 13 jul. 2013.

**SITUAÇÃO DOS ÍNDIOS GUARANI- KAIOWÁ**. Blog ecogereciamentoambiental.blogspot.com.br, 2012. Disponível em: <[http://ecogereciamentoambiental.blogspot.com.br/2012/12/a-situacao-dos-indios-guarani-kaiowa\\_6822.html](http://ecogereciamentoambiental.blogspot.com.br/2012/12/a-situacao-dos-indios-guarani-kaiowa_6822.html)>. Acesso em: 14 jul. 2013.

**SUICÍDIOS DE JOVENS GUARANI/KAIOWÁ DE MATO GROSSO DO SUL, BRASIL**, artigo 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141498932011000300006#\\*a](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932011000300006#*a)>. Acesso em: 13 jun. 2013.

TRANSAMAZÔNICA 40 ANOS DE POEIRA. A estrada que liga o "nada a coisa nenhuma". **Revista Veja**, 2009. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/especiais/amazonia/40-anos-poeira-p-54.html>>. Acesso em: 13 jul. 2013.

**XI SEMINÁRIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS:**

"A DEMOCRACIA AINDA É A QUESTÃO: REFLEXÕES SOBRE A  
DITADURA CIVIL-MILITAR E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE"



TRIBUNAL RUSSELL. **blog do ministério da Justiça**. Disponível em:  
<<http://blog.justica.gov.br/inicio/tribunal-russell-saiba-mais/>>. Acesso em: 12 jul.  
2013.

VIOLÊNCIA COMETIDA CONTRA AS COMUNIDADES INDÍGENAS, **Notícias Terra**, 2013. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/cimi-aponta-crescimento-de-237-na-violencia-contraosindios,d04c09a84728f310VgnCLD200000dc6eb0aRCRD.html>. Acesso em: 12 jun. 2013.

XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA 2011. **A Guarda Rural Indígena – GRIN Aspectos da Militarização da Política Indigenista no Brasil**. Disponível em:  
<[http://www.snh2011.anpuh.org/simposio/view?ID\\_SIMPOSIO=671](http://www.snh2011.anpuh.org/simposio/view?ID_SIMPOSIO=671)>. Acesso em: 13  
jul. 2013.